

# MEC volta atrás e suspende mudanças nos livros didáticos

*Edital modificado retirava exigência de abordagem de questões como violência contra a mulher*

**[\(O Globo, 09/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O Ministério da Educação (MEC) voltou atrás da nova versão do edital do Programa Nacional do Livro Didático, que suspendeu a versão publicada em 2 de janeiro. O novo edital retirava a restrição que proibia a presença de publicidade nas obras didáticas. No novo texto, o órgão suprimia ainda o trecho que exigia que a obra estivesse “isenta de erros” e a determinação de “incluir revisões bibliográficas”. O combate à violência contra a mulher e a promoção da cultura quilombola também não estariam mais no documento.

O edital serve de orientação para a aquisição de obras distribuídas pelo governo a alunos do ensino fundamental das escolas públicas do país. Ele está disponível no site do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Para a presidente-executiva do Movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, alterações no edital a todo momento são ruins para o processo.

— Tantas mudanças criam insegurança jurídica no processo, que é extremamente longo, qualquer mudança de regra no meio do jogo não seria boa — comentou.

O órgão afirmou que a mudança havia sido feita pela gestão anterior e enviada ao FNDE no dia 28 de dezembro. Na opinião de Andressa Pellanda, coordenadora de políticas educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, é positivo que as regras não sejam alteradas.

— Importante ter derrubado essa mudança, inclusive porque demonstra que a reação da opinião de especialistas e da comunidade escolar e acadêmica surtiu pressão no governo— afirmou. — Esse vai e vem demonstra que

decisões não têm sido tomadas com bases técnicas e são bastante frágeis. O governo não parece entender das políticas que edita e publica.

O Sindicato Nacional de Editores de Livros (Snel) afirmou em nota que está “acompanhando as movimentações no setor do livro e leitura nesse início de governo” e que vai buscar um debate ativo nessa área.

Mais cedo, a retificação no edital do PNLD foi amplamente criticada. De acordo com especialistas, as mudanças deixariam brechas para questões preocupantes como a possibilidade de veiculação de publicidade nos livros escolares e a não exigência de referências bibliográficas na estrutura editorial dos livros.

Os educadores criticaram ainda a supressão da exigência de conteúdo que abordasse o combate à violência contra a mulher, que antes vinha expressa no edital. Segundo eles, por ser um programa com capilaridade em todo país, o livro didático é uma ferramenta importante de conscientização da população.

No ano passado, durante a gestão de Michel Temer, o MEC suprimiu o combate à homofobia e à transfobia do edital do programa. De acordo com o texto, bastava que a produção estivesse “livre de estereótipos ou preconceitos”. O governo Temer também alterou o processo de seleção dos livros, que antes era comandado pelas universidades federais.

Leia abaixo a nota do MEC na íntegra:

“O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, decidiu tornar sem efeito o 5º Aviso de Retificação do edital do PNLD 2020, publicado no dia 2 de janeiro, tendo em vista os erros que foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC e enviada ao FNDE em 28 de dezembro de 2018.

O MEC reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o Governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital”.

# MEC tira combate à homofobia e transfobia dos critérios para avaliação de livros

*Pasta diz que mudança é baseada em determinação do Conselho Nacional de Educação*

**[\(O Globo, 11/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

O último edital do Programa Nacional de Livros e Materiais Didáticos (PNLD), publicado em março, deixou de conter referência explícita ao combate à homofobia e à transfobia na relação de critérios que deverão ser considerados na seleção das obras. De acordo com o novo texto, basta que a produção esteja “livre de estereótipos ou preconceitos” no que diz respeito a alguns temas — entre eles, orientação sexual e gênero.

Os editais do PNLD são publicados periodicamente pelo Ministério da Educação, com o objetivo de selecionar os livros que chegarão às escolas públicas e demais instituições conveniadas de ensino infantil, fundamental e médio. Trata-se de um dos principais programas da pasta e que consome em média pouco mais de R\$ 1 bilhão por ano.

Em geral, as convocatórias do programa são publicadas com dois anos de antecedência. Assim, os materiais didáticos selecionados pelo edital deste ano deverão chegar às salas de aula em 2020. As três últimas edições do PNLD traziam o combate à homofobia e à transfobia no rol de critérios que deveriam balizar a avaliação dos livros.

**1.1.** A avaliação das obras didáticas submetidas à inscrição no PNLD 2018 busca garantir a qualidade do material a ser encaminhado à escola, incentivando a produção de materiais cada vez mais adequados às 40 necessidades da educação pública brasileira, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Para alcançar todos esses objetivos, a obra didática deve veicular informação correta, precisa, adequada e atualizada. É preciso que a obra didática contribua com o trabalho do professor no sentido de propiciar aos estudantes oportunidades de desenvolver ativamente as habilidades envolvidas no processo de aprendizagem. Além disso, a obra didática, como mediador pedagógico, proporciona, ao lado de outros materiais pedagógicos e educativos, ambiente propício à busca pela formação cidadã, favorecendo a que os estudantes possam estabelecer julgamentos, tomar decisões e atuar criticamente frente às questões que a sociedade, a ciência, a tecnologia, a cultura e a economia. Como parte integrante de suas propostas pedagógicas, as obras didáticas devem contribuir efetivamente para a construção de conceitos, posturas frente ao mundo e à realidade, favorecendo, em todos os sentidos, a compreensão de processos sociais, científicos, culturais e ambientais. Nessa perspectiva, elas devem representar a sociedade na qual se inserem, procurando:

**1.1.1.** promover positivamente **a imagem da mulher**, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, reforçando sua visibilidade e protagonismo social;

**1.1.2.** abordar a **temática de gênero**, visando à construção de uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao **combate à homo e transfobia**;

**1.1.3.** proporcionar o debate acerca dos compromissos contemporâneos de **superação de toda forma de violência**, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher;

O edital de 2018 do PNLD traz, destacado em negrito, o requisito de que os livros didáticos precisam abordar o combate à homo e transfobia (Foto: Reprodução)

Segundo o MEC, o respeito à diversidade e à pluralidade de grupos sociais continua contemplado pela nova redação do edital. “Apesar da modificação textual, por se tratar de um programa que foi reformulado, manteve-se a exigência clara de que a obra esteja livre de estereótipos ou preconceitos [...] de gênero, de orientação sexual”, informou a pasta.

### 3.1.2 Observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania, ao respeito à diversidade e ao convívio social republicano

Será excluída do PNLD 2019 a obra didática que:

- a. Veicular estereótipos e preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, religioso, de condição de deficiência, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos;
- b. Fizer doutrinação religiosa, política e/ou ideológica, desrespeitando o caráter laico e autônomo do ensino público;
- c. Utilizar o material escolar como veículo de publicidade ou de difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais;

30

- 
- d. Promover negativamente a imagem da mulher, desconsiderando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, desvalorizando sua visibilidade e protagonismo social;
  - e. Abordar a temática de gênero segundo uma perspectiva sexista não igualitária, inclusive no que diz respeito à homo e transfobia;

Já no edital de 2019, o termo “combate” some do texto. O documento se limita a pedir tratamento igualitário, mas não requer mais que os livros incentivem a luta contra a homo e a transfobia. Isso também se percebe no edital já preparado de 2020 (Foto: Reprodução)

O Ministério destaca que a supressão dos termos foi baseada em determinação do Conselho Nacional de Educação (CNE). Em abril do ano passado, o órgão retirou as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” da Base Nacional Comum Curricular. “Assim, o MEC aguarda a publicação das normatizações do CNE sobre orientações sexual e identidade de gênero para poder complementar os critérios eliminatórios comuns disposto no edital 1/2018 (PNLD 2020), a fim de deixar mais claro todo e qualquer tipo de estereótipo e preconceito”, conclui a pasta.

## REPERCUSSÃO

A secretária de Educação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Adriana Sales, defende que, ao alterar a redação do edital, o Ministério da Educação patrocina a invisibilidade desses grupos:

— Os conceitos de homo e transfobia entraram nos editais depois de muita discussão nos Grupos de Trabalho. É um retrocesso que reflete a atual

conjuntura do MEC.

Já para o diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI e integrante do Fórum Nacional da Educação, Toni Reis, a nova redação não gera grandes impactos:

— O importante é que trate da questão da orientação sexual e de gênero. Isso é fundamental. Nós precisamos que os livros didáticos tratem deste assunto.

Ele lembra dados da última Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBT e o Ambiente Escolar. O levantamento mostra que 73% dos jovens LGBT entre 13 e 21 anos já foram agredidos verbalmente por causa de sua orientação sexual, e 27% chegaram a sofrer violência física por isso.

A nova redação do edital do PNLD foi apenas uma das mudanças no programa, que foi sofreu reformulações por meio de um decreto presidencial publicado em julho do ano passado. A principal modificação foi a retirada das universidades públicas da dinâmica de avaliação dos livros didáticos, que passou a ser feita por comissões técnicas.

Para aumentar o controle sobre o processo, a escolha da composição dos grupos de avaliadores cabe agora ao ministro da Educação e é feita a partir de nomes indicados por organizações ligadas à área.

*Luma Poletti*

---

## **Uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares foi homologado**

*O objetivo é propagar o respeito à identidade de gênero e minimizar as estatísticas de violência e abandono da escola...*

[\(CGN, 19/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Após anos de reivindicação, a resolução que autoriza o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica foi homologada. Isto significa que, agora, quem for maior de 18 anos pode solicitar que a matrícula nas instituições de ensino seja feita usando o nome social. Já aqueles que são menores de idade, terão que apresentar uma solicitação pelos seus representantes legais.

De acordo com o ministro da Educação, Mendonça Filho, este é um passo importante para o princípio do respeito às diferenças e o combate aos preconceitos.

*“Representa um princípio elementar, do respeito as diferenças, do respeito a pessoa humana e, ao mesmo tempo, de um combate permanente, que deve ser prática do Ministério da Educação, ao preconceito, combate ao bullying, que muitas vezes ocorre nas escolas de todo o país. Então eu acho que é um passo relevante para que a gente possa consagrar o princípio do respeito às diferenças e do combate aos preconceitos.”*

A professora Luma Nogueira de Andrade, de direitos humanos, gênero e diversidade sexual e gestão escolar, conta que o uso de nome social nos registros escolares da educação básica e é uma antiga reivindicação da população trans.

*“Eu vivenciei, na minha trajetória de vida, toda esta negação do espaço escolar, de não ser reconhecida enquanto a pessoa que eu me identifico. Então, o nome ser negado significa ao não acesso aos espaços educacionais; portanto se trata de uma negação de um direito fundamental que é a educação. E para respeitar e para tratar bem as pessoas trans, se faz necessário o respeito, primeiro, a sua identificação e a sua existência, que é o nome.”*

O uso do nome social por travestis e transexuais já era possível nas inscrições do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep, apenas em 2017, 303 candidatos fizeram uso desse direito. São Paulo

foi o Estado que teve mais pedidos, com 72 solicitações.

Esta resolução que foi homologada tem como objetivo propagar o respeito à identidade de gênero e minimizar as estatísticas de violência e abandono da escola por causa de bullying, assédio, constrangimento e preconceitos.

Além disso, o texto determina que as escolas de educação básica brasileiras, assegurem diretrizes e práticas para combater qualquer forma de discriminação por conta da orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares.

---

## **Brasil levará mais 25 anos para oferecer creches para 50% das crianças**

Longe de atingir a meta de oferecer creches a pelo menos metade das crianças de zero a 3 anos no país, o Brasil deixa de atender justamente as famílias mais pobres, indicam levantamentos realizados pela Fundação Abrinq e pelo movimento Todos pela Educação.

*[\(Valor, 19/10/2017 - acesse na íntegra\)](#)*

Embora a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) seja a de atender no mínimo 50% das crianças nessa faixa etária até 2024, só há vagas em creches para 30% delas. Mantida a taxa atual de crescimento, o país só atingirá a meta em 25 anos.

“A má distribuição do atendimento vem sendo insuficiente para reparar desigualdades históricas da sociedade brasileira”, afirma relatório do Anuário da Educação Básica 2017, elaborado pelo movimento Todos pela Educação com base em números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



(IBGE) e do Ministério da Educação (MEC).

O país tem registrado avanços significativos no atendimento à primeira infância ao longo dos anos 2000. Em 2001, só 13,8% das crianças de zero a 3 anos de idade frequentavam a escola; em 2015, esse percentual aumentou para 30,4%.

O retrato do atendimento, no entanto, varia de acordo com a renda da família e a região em que a criança nasce. A meta do PNE para creches já é realidade desde 2015 para as crianças mais ricas. 52,3% das crianças de zero a três anos no segmento dos 25% mais ricos da população já eram atendidas em 2015. Mais que o dobro do percentual de atendimento entre as crianças mais pobres, que ainda era de 21,9% no mesmo ano, ainda menor que a média nacional.

“Faltam creches principalmente para as pessoas mais pobres em todas as metrópoles do país”, afirma Heloisa Helena Silva de Oliveira, administradora executiva na Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Nessas cidades, o atendimento é preponderantemente privado, então as mães que realmente precisam, que são as mais pobres, ficam sem atendimento”, diz. Situação mais preocupante observa-se nas regiões Centro-Oeste (24,8%), Nordeste (21,8%) e Norte (11,1%), em que as proporções de crianças atendidas são ainda mais baixas que a taxa nacional. No Sul e Sudeste, as mesmas taxas atingem 41% e 41,3%, respectivamente, valores mais altos do que os das demais regiões, porém, ainda abaixo da meta.

Quatro dos cinco Estados que possuem a menor quantidade de matrículas em creches são da região Norte: Amapá (3.756), Roraima (5.456), Acre (8.958), e Rondônia (11.286).

Heloísa destaca que o custo de abrir novas vagas em creches é mais alto que o das vagas no ensino fundamental, mas as prefeituras, responsáveis pela oferta, recebem o mesmo volume de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para as duas etapas de ensino.

“As turmas de creche são menores, precisam de mais educadores. O valor

repassado é insuficiente e esse é um grande entrave”, afirma Heloísa.

Dados do relatório “Education at a Glance”, elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Econômico (OCDE), revelam que só 37% das crianças de 2 anos de idade e 60% das de 3 anos no Brasil estão matriculadas em creches, percentual bem abaixo das médias de 39% e 78%, respectivamente, dos países da OCDE. Além disso, 36% das crianças estão matriculadas em creches privadas, percentual abaixo dos 55% da média da OCDE.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, os municípios são responsáveis pela oferta e a gestão da educação infantil. No caso das creches, a legislação permite que instituições privadas sem fins lucrativos façam parte do sistema público, oferecendo atendimento gratuito. Para isso, deve ser firmado um convênio ou outro tipo de parceria público-privada entre a prefeitura e a instituição.

A OCDE explica que creches privadas são classificadas em dois tipos: as dependentes do governo, que recebem cerca de 50% de seu financiamento do poder público, e as privadas independentes. “No Brasil, no entanto, todas as instituições nesta etapa de ensino são privadas independentes”, afirma a OCDE.

O relatório também destaca que o Brasil investe bem menos em creches e educação infantil do que a média mundial. O governo investe 0,6% do PIB em educação infantil, menos que os 0,8% da média da OCDE. O gasto por aluno nas instituições públicas é de US\$ 3,8 mil por ano por criança, menos da metade da média de US\$ 8,9 mil por criança/ano da OCDE.

O gasto menor na comparação internacional se deve, segundo à OCDE, ao baixo salário dos professores, “e ao fato de que há menos professores por aluno”. O salário mínimo para professores do pré-primário no Brasil é de US\$ 13 mil por ano, menos da metade da média da OCDE, que é de US\$ 28 mil.

Estudo realizado pelo Núcleo Ciência pela Infância, composto pelo Insper e pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, afirma que oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento infantil é mais eficaz e menos dispendioso do

que tentar “reverter ou mitigar os efeitos das adversidades precoces” depois que a criança já cresceu. Isso ocorre, em primeiro lugar porque o cérebro tem plasticidade maior nos primeiros anos de vida. “No longo prazo, crianças que tiveram menos oportunidades de desenvolvimento tornam-se, com maior probabilidade, adultos pobres, produzindo o fenômeno conhecido como ciclo intergeracional da pobreza”.

O estudo destaca também a importância do funcionamento adequado das creches para o desenvolvimento das crianças. “A qualidade representa um fator determinante, ou seja, creches de boa qualidade podem representar benefícios para o desenvolvimento infantil, mas creches de baixa qualidade podem gerar prejuízos no desenvolvimento das crianças.”

---

## **Programa de qualificação profissional do MEC irá integrar a Rede Brasil Mulher**

Na tarde dessa quinta-feira (1<sup>o</sup>), a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Fátima Pelaes, e a Secretária de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (SETEC), Eline Neves Braga Nascimento, estiveram reunidas para discutir a participação do programa de qualificação profissional do Ministério da Educação na Rede Brasil Mulher.

[\(Portal SPM, 01/06/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O conhecimento e a qualificação profissional como agente de transformação social para mulheres em situação de vulnerabilidade. Esse é o objetivo do programa desenvolvido SETEC.

“Estamos articulando junto a vários parceiros, somando esforços, para fazer

uma grande transformação social por meio de políticas e ações concretas para as mulheres. Essa iniciativa do MEC, somada a outras ações do Governo Federal, irão ganhar mais força”, sustentou a secretária Fátima Pelaes.

A coordenadora-geral da SETEC, Jussara Maysa Silva Campos, explicou que em 2017 cerca de 7.730 mulheres devem ser beneficiadas no programa por meio de parcerias com as secretarias estaduais.

Uma nova ação do programa é a qualificação de mulheres egressas do sistema prisional. Dois projetos pilotos estão sendo desenvolvidos, em Brasília e no Piauí, sendo ofertados cursos, como: técnico em enfermagem e designer de modas.

“Além de ensinar uma profissão, garantindo a autonomia econômica e muitas vezes quebrando o ciclo da violência, são oferecidas aulas sobre formação cidadã, direitos e saúde da mulher e conhecimentos estratégicos para o empoderamento dessas mulheres”, explicou a coordenadora Jussara.

Em junho será realizada em Brasília a 1ª Oficina Técnica do Rede Brasil Mulher. Deverão participar representantes de todos os parceiros.



---

## **Violência relacionada a identidade de gênero e orientação sexual faz alunos abandonarem escola**

Quando tinha 9 anos, Junior Philip só andava com meninas na escola. Um colega o perseguia, dizendo que ele deveria ter “postura de homem” e, um

dia, o empurrou contra a quina da mesa da professora.



Aos 9 anos de idade Junior Philip foi arremessado por um colega contra a quina da mesa da professora - **Fernando Lemos / Agência O Globo**  
Quando tinha 9 anos, Junior Philip só andava com meninas na escola. Um colega o perseguia, dizendo que ele deveria ter “postura de homem” e, um dia, o empurrou contra a quina da mesa da professora. Junior, inconsciente, precisou ser levado às pressas para o pronto-socorro. Até hoje, tem uma cicatriz. No fim do ensino fundamental, ele se mudou para uma cidade no interior do Espírito Santo, continuou sendo alvo de bullying, e voltou para o Rio depois de meses. Aqui, para que ninguém o ofendesse por ser homossexual, chegou a namorar uma menina, mas o relacionamento durou pouco. O preconceito contra alunos LGBT é comum nas instituições de ensino, por vezes praticado até com a conivência do corpo docente.

[\(O Globo, 31/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

— Eu muitas vezes era ofendido na frente dos professores, mas eles não falavam nada. Um deles chegou a dizer para meu amigo, também gay, que ele deveria honrar o que tinha entre as pernas — lembra Junior, que largou os estudos no 2º ano do ensino médio para trabalhar e hoje, aos 31 anos, cursa o 3º ano e pretende estudar Moda. — Meus colegas evangélicos

falavam que eu ia arder no inferno. Passei a adolescência fugindo dos outros.

## **TEMA VOLTARÁ PARA BASE CURRICULAR**

Em abril, o Ministério da Educação (MEC) suprimiu do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental os termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” antes de entregá-lo ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Mas a temática de gênero voltará para a Base, de acordo com o vice-presidente da Câmara de Educação Básica do CNE e relator da Comissão de Direitos Humanos, Orientação sexual, identidade de gênero e nome social do órgão, Ivan Siqueira. Segundo ele, o CNE também enviará ao MEC até julho um parecer sobre a regulamentação do uso do nome social por pessoas trans em escolas de educação básica de todo país.

— A Comissão está discutindo uma política nacional que contemple o tema da sexualidade. E isso vai entrar na discussão da Base Nacional. No meu ponto de vista, o parecer sobre o nome social sinaliza na direção de incorporar esses termos na Base. O debate sobre a questão de gênero já está acontecendo, resta saber como isso vai figurar no documento, mas com certeza vai aparecer — afirma Siqueira. — Há dados que mostram que jovens abandonam a escola por esse preconceito, muitos cometem suicídio. É um problema real. Não é algo que possamos ignorar. É trabalho do conselho fazer normas que façam com que a educação do país melhore. Ignorar essa situação seria um desserviço para o país e descumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Como considerar que todos são iguais se estamos ignorando que essas pessoas estão sofrendo?

O sofrimento levou Johi Farias, homem trans, a largar os estudos no último ano do ensino médio e não voltar mais. Morador de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, Johi sempre estudou em escolas públicas e os anos de discriminação culminaram na evasão quando o preconceito partiu de uma de suas amigas.

— Uma das meninas da turma se aproximou de mim e ficamos amigos. Estávamos em ano de formatura e as meninas ficavam falando sobre vestido para ir à festa, até que minha amiga começou a dizer que eu tinha que usar vestido, ficar com meninos. Eu fiquei tão cheio que eu fui até a direção e

disse que queria sair da escola. Nessa época eu estava em depressão, porque eu não estava entendendo o que eu era — conta Farias. — Cheguei a voltar a estudar no ano seguinte, em outra escola, mas fiquei com medo do ambiente e saí de novo. Depois não tive mais coragem de voltar. Vou tentar supletivo só para terminar o último ano.

Problemas no ambiente educacional estiveram presentes ao longo de toda formação de Johi, que embora tenha sempre contado com o apoio da mãe, quase nunca encontrou compreensão entre os colegas e professores:

— Meu corpo e a sociedade foram tentando me colocar naquela caixinha que eu não queria entrar de jeito nenhum. Eu era perseguido por uma garota na primeira série que tentava me bater, me colocava apelido, e eu não entendia porque ela me odiava. Alguns professores riam de mim. Na escola foi sempre um inferno. Desde que entrei até quando saí.

Para Jaqueline Gomes de Jesus, professora do Instituto Federal do Rio, as escolas ainda não sabem como discutir relações de gênero nas salas de aula. Também há dificuldades para identificar a violência psicológica sofrida por estudantes LGBT.

— É comum ver alunos transexuais agredidos por colegas, enquanto os professores dizem que eles merecem apanhar por ficarem se expondo daquele jeito — revela Jaqueline, que é mulher trans e autora do livro “Homofobia — identificar e prevenir” (editora Metanoia). — Há profissionais de educação que reproduzem estereótipos, enquanto outros se sentem reprimidos em falar sobre sexualidade.

Segundo a “Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016”, realizada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), 73% dos estudantes LGBT já foram agredidos verbalmente por sua orientação sexual, 68% por sua identidade de gênero. O levantamento mostra ainda que 60% dos alunos se sentiam inseguros na escola por conta de sua orientação sexual e 43% por sua identidade de gênero.

No Congresso Nacional, tramita o projeto de lei “Escola sem partido”, que

prevê que o Estado não tome parte em discussões sobre gênero e orientação sexual. O projeto sugere ainda a proibição da aplicação de ideologia de gênero na educação. Já a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro discute, desde o ano passado, o Plano Municipal de Educação (PME), que norteará o ensino na cidade na próxima década.

## **DEBATES NAS SALAS DE AULA**

Parlamentares da bancada conservadora propuseram recentemente emendas em alguns artigos do projeto, suprimindo as palavras “gênero” e “orientação sexual” na lista de debates que devem ser desenvolvidos nas salas de aula.

— Essas mudanças refletem a lógica do medo, que afirma que a escola vai interferir nos valores familiares. É um discurso perigoso, porque considera que a instituição de ensino deve ser apenas uma transmissora de conhecimento, e não um espaço para ampliação de horizontes — ressalta o vereador Tarcísio Motta (PSOL), membro da comissão de Educação. — As mudanças no plano municipal são uma reação ao avanço das discussões sobre LGBT na sociedade.

Autor das emendas do PME, o vereador Carlos Bolsonaro (PSC) não quis dar entrevista.

Vice-presidente da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB-RJ, Henrique Rabello de Carvalho avalia que a mídia e a internet aumentaram o debate sobre sexualidade nas escolas, mas acredita que o cenário político não proporcionará mudanças a longo prazo.

— O Poder Legislativo, em todas as esferas, é composto por uma maioria de representantes voltados para o fundamentalismo religioso e a uma forma de pensamento conservador, que entendem somente uma composição de família heterossexual — critica. — Outras identidades não são reconhecidas e, por isso, faltam políticas públicas destinadas a elas.

---



# **Países de todos os continentes cobram ao Brasil medidas contra violências e discriminação de gênero e orientação sexual na Revisão Periódica Universal da ONU**

*Dos 103 países que participaram do processo de sabatina ao Brasil, 26 fizeram recomendações substanciais relativas a discriminações e violências movidas por questões de orientação sexual e/ou de gênero.*

[\(Campanha.org, 16/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

26 países recomendaram ao Brasil tomar medidas relativas a discriminações e violências movidas por questões de orientação sexual e/ou de gênero na Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU, cujo rascunho do relatório foi disponibilizado na última terça, 9/5. No total, 45 países consideraram as recomendações e denúncias presentes no relatório da Campanha, que foi contemplado no relatório oficial da sociedade civil compilado pela ONU.

[Acesse aqui tabela com a sistematização das recomendações que dizem respeito a educação, contra as violências e discriminações de gênero, orientação sexual e étnico-raciais](#), com as recomendações propostas pela Campanha em seu relatório.

## 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



Argentina, Chile, Eslováquia, Finlândia, Honduras, Israel, México, e Suécia recomendaram ao Brasil tomar medidas e fortalecer políticas locais em relação à violência contra as populações LGBTI. Eslováquia fez menção ainda sobre responsabilizar os autores das violências e Honduras reiterou a necessidade de aplicar a legislação protetiva específica já vigente sobre a temática.

Austrália, Chile, Egito, Eslováquia, Honduras, Indonésia, Iraque, Itália, México, Ruanda, Sudão, Tailândia, Togo, Tunísia, Uganda fizeram recomendações contra discriminação e violência de gênero contra mulheres e meninas. Vale ressaltar que a Austrália precisou o caso da violência doméstica contra mulheres e a Indonésia mencionou também os casos de prostituição infantil.

Essas recomendações foram uma reação à denúncia à ONU, realizada pela Campanha, acerca dos dados inaceitáveis de desigualdade de gênero estrutural na sociedade brasileira, na educação, no mercado de trabalho, e de violência contra a mulher no Brasil - 5 mil mortes e 500 mil estupros, segundo dados da OMS e do IPEA. Sobre a questão ainda, a Áustria ressaltou a necessidade de proteção para mulheres vítimas de abuso e de implementação de legislação vigente sobre a questão. Bahamas e Venezuela citaram explicitamente as violências movidas por questões de gênero, as mortes e os dados de estupros denunciados pela Campanha e recomendaram medidas preventivas e também de investigação dos casos e proteção das vítimas.

O Paquistão reiterou a necessidade de implementação de políticas contra as desigualdades raciais, especialmente no caso de mulheres afro-brasileiras, e Madagascar reiterou a necessidade de maior inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade.

“Temos trabalhado com a compreensão de que raça e gênero estruturam a sociedade brasileira. Mulheres e negros ocupam posições desfavoráveis na sociedade e essas discriminações e preconceitos estão baseadas no sexo e na raça”, explicou Suelaine Carneiro, coordenadora do programa de educação de Geledes Instituto da Mulher Negra. “Mulheres negras trazem ainda essa combinação entre gênero e cor da pele, que faz com que elas sejam o grupo social que ocupa o pior lugar nos índices sociais”, reiterou.

Nos relatórios disponibilizados pelas Nações Unidas para os países - com os quais a Campanha contribuiu com submissão de documentos e em consultas públicas -, grande atenção foi dada às questões que tangem a igualdade de gênero na educação. A Campanha fez denúncia quanto ao descumprimento do Brasil às recomendações 119.33, 119.47, e 119.94 do Relatório do Conselho de Direitos Humanos em sua 21ª Sessão, sobre igualdade de gênero, por conta da retirada das questões sobre a temática, assim como de combate às discriminações por orientação sexual, dos planos estaduais e municipais de educação.

“Sob a pressão de líderes religiosos, parlamentares de 12 dos 27 estados brasileiros retiraram dos planos de educação estratégias que buscavam superar as desigualdades de gênero, orientação sexual e raça”, cita o relatório compilado da sociedade civil. O relatório compilado com informações submetidas pela própria ONU também cita a questão, fazendo referência ao relatório do Comitê sobre os Direitos da Criança de 2015 - momento em que a Campanha também pautou os comissionados.

### **Questionamentos da ONU ao “Escola Sem Partido” e a mudanças sobre gênero e orientação sexual na BNCC**

Em comunicado publicado no dia 13/04, Koumbou Boly Barry, Relatora Especial para o Direito Humano à Educação; David Kaye, Relator Especial para Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão;

e Ahmed Shaheed, Relator Especial para Liberdade de Religião e de Crença, enviaram uma carta questionando o Estado Brasileiro acerca dos efeitos gerados pelo programa “Escola Sem Partido” no Brasil, especialmente no que tange os Projetos de Lei 867/2015 e 193/2016, recomendando a tomada de atitudes necessárias para conduzir uma revisão dessas proposições, assegurando sua conformidade com a base dos direitos humanos internacionais - o que inclui a Constituição Federal de 1988 da República Federativa do Brasil.

O documento traz um histórico acerca do movimento “Escola Sem Partido” desde 2004, passando pela apresentação e tramitação dos projetos de lei, até a retirada pelo Ministério da Educação (MEC) dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” da última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enviada em abril deste ano para o Conselho Nacional de Educação (CNE). O documento explicita também o caso do secretário paulistano de educação Alexandre Schneider *versus* vereador Fernando Holiday.

A carta cita ainda o posicionamento contra o projeto da Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), após denúncia e sustentação oral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Além disso, relatam o amplo posicionamento contrário do Ministério Público Federal (MPF) e da Advocacia Geral da União (AGU), de especialistas, organizações sociais, estudantes e educadores, inclusive em pesquisa de opinião realizada pelo site do Senado Federal, que contou com a participação de mais de 390 mil pessoas, sendo a maioria contrária ao “Escola Sem Partido”.

Os relatores reiteraram que o Artigo 19 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, ratificado pelo Brasil em 1992, protege a todos o direito à opinião, sem interferências, e o direito a buscar, receber, e partilhar informações e ideias de todos tipos, independentemente de fronteiras ou meios. Ainda com base no Artigo 19, explicitaram seu caráter de “necessidade” e não somente como “útil, desejável ou razoável”, o que implica em acesso e proporcionalidade.

Diante dos projetos de lei, o documento afirma que a “**discussão sobre**

**gênero e diversidade sexual é fundamental para prevenir estereótipos de gênero e atitudes homofóbicas entre estudantes” e que “por não definir o que é doutrinação política e ideológica, (...) a proposição permite que quaisquer práticas pedagógicas dos professores sejam consideradas como doutrinação, tornando a escola uma extensão do ambiente doméstico antes de uma instituição educacional que proveja novas perspectivas”.** Os relatores explicitam ainda que o projeto apresenta o risco de impedir “o desenvolvimento de um pensamento crítico nos estudantes e a habilidade de refletir, concordar ou discordar com o que está exposto em aulas”.

“Os diplomatas ficaram tocados com as informações que apresentei em meu discurso, listando fatos ocorridos nos últimos três anos, como a retirada da palavra gênero dos planos municipais, estaduais e nacional de educação, além das consequências de toda essa onda conversadora que vivemos no Brasil. Muitos também ficaram perplexos com a existência de projetos de lei como o programa ‘Escola sem Partido’, que impacta diretamente na liberdade de expressão de docentes e no acesso à educação de qualidade aos estudantes brasileiros. O que eu não imaginava é que, enquanto em embarcava de Genebra para o Brasil, logo após a atividade na ONU na última sexta-feira, comprovamos o que apresentamos, os retrocessos seriam concretizados via anúncio do MEC de retirar as questões de gênero e orientação sexual da Base Curricular e com o caso das escolas de São Paulo, inspecionadas por vereadores, levando a quase demissão do secretário municipal de educação Alexandre Schneider”, afirmou Fernanda Lapa, coordenadora executiva do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH) que fez um discurso impactante, para diplomatas e representantes de países de todos os continentes do mundo, veículos de imprensa e organismos internacionais.

Os relatores destacam também o parecer com conclusões do Comitê sobre os Direitos da Criança (CRC/ONU), de 2015, que, dando luz aos artigos 2, 3, 6 e 12 da Convenção dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 1990, recomendou ao Brasil “b) decretar legislação que proíba discriminação ou incitamento de violência com base em orientação sexual e identidade de gênero assim como continuar o projeto “Escola Sem Homofobia”; c) priorizar

a eliminação de atitudes patriarcais e estereótipos de gênero, inclusive por meio de programas educacionais e de sensibilização”. Esse documento foi fruto de incidência da Campanha Nacional pelo Direito à Educação junto aos comissionados em momentos prévios à sessão com o Brasil em outubro de 2015.

“O caso vivido pelo secretário Alexandre Schneider tem realmente deixado a comunidade internacional em alerta. Ele não aceitou ter os professores da rede intimidados com essas vistorias [do vereador Fernando Holiday (DEM-SP)]. A perplexidade não é só pelas ameaças que ele tem sofrido [por parte dos militantes do Movimento Brasil Livre (MBL)], mas justamente o como esse tipo de ação dentro das escolas viola a liberdade de expressão e o direito humano à educação”, afirmou Maria Rehder, coordenadora de projetos da Campanha, que esteve na Pré-Sessão da RPU com Fernanda, em Genebra.

“É uma grande conquista o posicionamento da comunidade internacional contra o cerceamento da liberdade de expressão dos professores no Brasil, que tem prejudicado a qualidade da educação e colocado em xeque a primazia dos Direitos Humanos e dos princípios constitucionais. Vamos continuar nesse enfrentamento, sem descansar”, afirmou Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

### **Processo de denúncia internacional**

Após participar de eventos públicos e debates no Brasil, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação foi à Genebra, em novembro de 2016, para levar denúncia aos relatores sobre o impacto do programa “Escola Sem Partido” ao direito à educação e ao direito à liberdade de opinião e expressão dos educadores. Em dezembro de 2016, o coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, fez sustentação oral contra o programa “Escola Sem Partido” perante o Estado Brasileiro no âmbito da reunião da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). No dia 7 de março, Daniel Cara foi expositor em audiência pública realizada no âmbito da Comissão Especial do Programa Escola Sem Partido na Câmara dos Deputados. A Comissão Especial é composta, majoritariamente, por defensores do PL.

As relatorias obtiveram informações sobre o programa “Escola Sem Partido” por meio de denúncias levadas à Genebra pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pelo IDH, na Pré-Sessão do Relatório Periódico Universal (RPU) ao Brasil, que aconteceu na primeira semana de abril deste ano. Ainda, a relatora especial para o direito à educação, Koumbou Boly Barry, esteve em evento promovido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pela Ação Educativa no dia 04/04, recebendo informações sobre o contexto da educação brasileira através de movimentos e ativistas da área.

---

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação participou enquanto organização da sociedade civil de todo o processo da Revisão, com a submissão de relatório - em conjunto com Ação Educativa, Ance (Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Criança e Adolescente) e Clade (Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação) -, passando pelo processo da Pré-Sessão, em abril - em parceria com o IDH (Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos) -, até o processo da Sessão, em maio.

---

## **Legislação não derrotou racismo nas escolas, lamentam estudantes**

“Espere. Deixe eu me arrumar antes”. Sara, de 16 anos, pede mais um tempo para fazer a foto para a reportagem. Estudante do 1º ano no ensino médio, a adolescente extrovertida e vaidosa é uma entre todos os 10 alunos negros da escola particular de Brasília onde estuda. Ela não gosta de ser tratada diferente dos colegas por conta disso, porém afirma que mesmo no ambiente escolar, que deveria ser espaço de igualdade, há demonstrações de racismo. Ela e amigos já foram vítimas do preconceito racial e da ignorância. “Às

vezes a gente leva na brincadeira, finge que está tudo bem, mas sente e até chora”, desabafa. Histórias como a de Sara revelam que nem mesmo a obrigatoriedade do ensino da Cultura Afro-Brasileira (pela Lei 10.639/03) ou a criação do Mês da Consciência Negra (em novembro), é possível modificar o cenário.

[\(Agência de Notícias UNICEUB, 14/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)



“Às vezes a gente leva na brincadeira, finge que está tudo bem, mas sente e até chora”, diz Sara

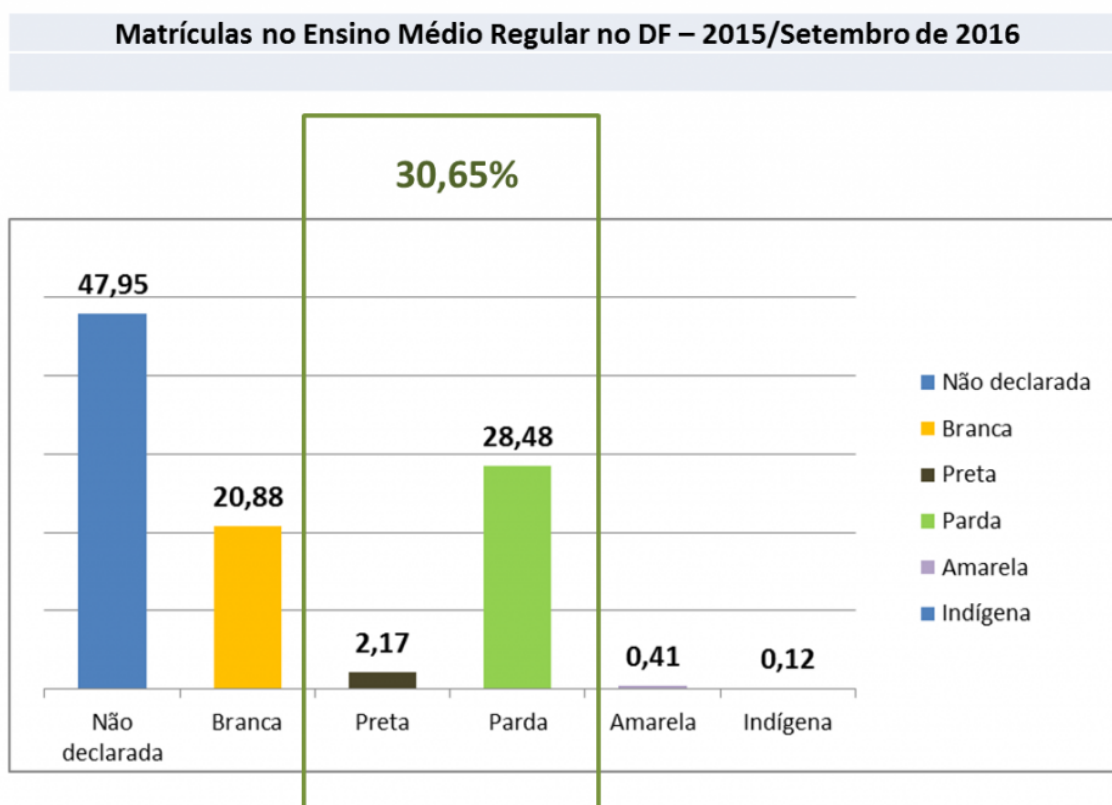
Na escola particular em que Sara estuda hoje e em todas as outras que já frequentou, ela diz que consegue contar nos dedos a quantidade de colegas negros. Mais do que isso: lamenta que as aulas sobre racismo permaneçam limitadas à semana da consciência negra (dia 20 é a data de morte de Zumbi dos Palmares). Outro problema apontado: a história dos negros é contada de forma superficial e tratada apenas sob a perspectiva da escravidão, como se todos negros só pudessem ser identificados pelo histórico de exploração. “A escola deveria trazer mais livros sobre os negros que fazem a diferença e não só sendo escravizados”, afirma a adolescente. Ela entende que o tema precisa



ser mais conversado nas escolas. “Gente, somos pessoas como todo mundo, qual a diferença de uma cor para a outra? ”.

### Sara, a personagem real

Gisele Gama, mãe de Sara, conta que quando a filha era criança não se reconhecia nos amigos com quem convivia e muito menos nos materiais didáticos. A partir daí surgiu a ideia da escritora de fazer uma coleção de livros tendo uma menina negra como protagonista das histórias. “Quando a criança não se reconhece nos livros, nos brinquedos e nos desenhos, ela está sendo tratada como se fosse de segunda categoria.”, afirma a escritora. Foi assim que surgiu “Sara e sua Turma”, uma coletânea que tem como fonte de inspiração as situações vividas pela filha e tantas outras crianças.



As histórias promovem a empatia pela protagonista e apresentam de maneira lúdica assuntos importantes, como racismo, família, amizade e respeito às diferenças. “O que a gente quer é que as crianças se identifiquem e amem a personagem Sara pela criança que ela é, independente da cor. Quando isso acontece, você desfaz o racismo”, assegura a escritora que também está

produzindo desenhos animados com todos os personagens dos livros.

### **“Não basta apenas obrigar o ensino”**

A lei 10.639/03 determina que deve ser incluído nos currículos o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, mas isso ainda não tem acontecido de maneira satisfatória e não há fiscalização efetiva. “Não basta apenas obrigar o ensino. É preciso trabalhar os materiais didáticos e os professores. Dependendo da maneira como a história do negro é contada, haverá um reforço negativo”, diz Gisele Gama. Ela entende que as escolas públicas abordam melhor o tema, já que haveria mais alunos negros. Porém, ainda assim é preciso adequar o enfoque e a maneira de ensinar. Conforme esclarece a escritora, na rede pública, a relevância é a questão da identidade e nas particulares é a empatia que deve ser priorizada. “São demandas diferentes”.

De outro lado, o MEC disponibiliza, sob o título “Educação para todos”, coleção com mais de 30 volumes que abordam a diversidade cultural, racial e étnica nas escolas. Os livros são resultados de reuniões, seminários e estudos realizados pela SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) com o objetivo de colocar em prática o que determina a Lei 10.639/03. Em Brasília, de acordo com dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) na educação básica, a população que se auto declara parda ou preta totaliza 248.307 mil, enquanto 163.129 mil se dizem brancos. Mas, ainda que a quantidade de alunos pretos e pardos seja maior, o ensino afro-brasileiro não tem o devido espaço nas escolas. Essa é a opinião também do professor do Centro de Ensino 404 em Santa Maria, Jean Claude Ribeiro.

Ele esteve presente juntamente com alunos do ensino médio de Santa Maria (DF) no início de novembro no Palácio do Buriti para a abertura do mês da Consciência Negra promovida pela Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos de Brasília. Porém o docente ressaltou que trabalhar a questão do negro apenas em datas específicas pode aumentar o estigma. “Eu sempre trabalho com meus alunos durante todo o ano as questões do negro e do índio. Ou seja, sobre a forma como a nossa sociedade e cultura foi constituída. Em algumas escolas,

infelizmente, esses temas são reduzidos aos dias comemorativos, o que acaba transformando o assunto em folclore. ”

Para o professor, eventos como o promovido pelo governo são importantes. Mas, para apresentação de estudos, resultados dos trabalhos desenvolvidos e ainda para chamar a atenção da sociedade. Entretanto, o pesquisador ressalta que o ensino da Cultura Afro-Brasileira deve estar presente sempre. “É preciso trabalhar o assunto ao longo de todo ano, pois a prática tem que ser diária para ela realmente acontecer como prática. E em novembro, que é o mês da consciência negra, deve acontecer a culminância de tudo que foi desenvolvido ao longo do ano, por isso trouxe meus alunos”.



Kauany Hilário, 16 anos, (a primeira estudante à esquerda na foto acima) uma das alunas que estava presente, diz que o professor prepara os alunos para tentarem sempre se colocar no lugar do outro, o que ela considera muito bom. Porém diz que, às vezes, ainda sofre racismo na escola. “As pessoas nos olham, reparam nos nossos cabelos e dizem logo: você é isso ou aquilo. Nos julgam sem nos conhecer”.

Por Karina Berardo

---

# Ministério tira ‘identidade de gênero’ e ‘orientação sexual’ da base curricular

Sem alarde, o Ministério da Educação alterou o texto da nova versão da base nacional curricular e retirou todas as menções às expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual”. O recuo ocorreu após divulgar a jornalistas uma versão prévia do documento que servirá como referência sobre o que deve ser ensinado em todas as escolas públicas e privadas do país.

[\(Folha de S.Paulo, 06/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A mudança aparece em versão atualizada do documento divulgada na tarde desta quinta-feira (6) no site oficial da base. Uma versão anterior, onde as expressões ainda apareciam, havia sido divulgada com embargo a jornalistas na terça (4).

## **Leia mais:**

[“É preciso falar de gênero nas escolas”, diz cientista social Sylvia Cavasin \(ONU Mulheres, 08/04/2017\)](#)

[MEC suprime expressão ‘orientação sexual’ de texto sobre base curricular \(O Globo, 06/04/2017\)](#)

Com a alteração, ao menos três trechos da proposta final da base, entregue oficialmente nesta quinta ao Conselho Nacional de Educação, excluíram a referência inicial à necessidade de respeito à “identidade de gênero” e “orientação sexual”.

A primeira mudança aparece em um capítulo que fala sobre a importância da base para que o país tenha “equidade” e “igualdade” no ensino.

Dizia o trecho do documento inicial, na página 11: “A equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo, identidade

de gênero, orientação sexual ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender.”

Já na versão atual, disponível no site da base curricular, a frase foi modificada para “a equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender.”

## **COMPETÊNCIAS**

Em outra passagem, a mudança ocorre quando há referência às dez competências gerais que devem ser desenvolvidas durante o aprendizado no ensino fundamental.

A nona, até terça-feira, era: “Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer”.

A referência à “orientação sexual”, porém, já não consta no novo documento disponível no site da base nacional curricular.

Outra passagem alterada ocorre na unidade temática “Vida e evolução”, especificamente no eixo “Vida e sexualidade”, previsto para o ensino de ciências do 8º ano do ensino fundamental.

Até então, o documento da base distribuído aos jornalistas trazia entre as “habilidades” a serem desenvolvidas nos alunos a capacidade de “(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de sexo, de identidade de gênero e de

orientação sexual”.

Já o novo trecho indica que o aprendizado nesta etapa deverá “selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de gênero”.

## **OUTRO LADO**

Em nota, o Ministério da Educação afirmou que o documento “passou por ajustes finais de editoração/redação que identificaram redundâncias”. Segundo a pasta, o texto encaminhado a membros do Conselho Nacional de Educação na quarta-feira (5) já contém os ajustes.

“O documento apresentado à imprensa (04/04) de forma embargada com antecipação, em função da complexidade do assunto, passou por uma última revisão. Em momento algum as alterações comprometeram ou modificaram os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular”, disse.

Ainda de acordo com a pasta, a nova versão “preserva e garante como pressupostos o respeito, abertura à pluralidade, a valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, identidades, contra preconceito de origem, etnia, gênero, convicção religiosa ou de qualquer natureza e a promoção dos direitos humanos”.

“A BNCC estabelece competências a serem alcançadas para todos os alunos, desenvolvidas em todas as áreas e por componentes curriculares que seguem as diretrizes das competências do sec. 21. Essas competências pressupõem que o aprendizado não se restringe mais ao desenvolvimento cognitivo e que os alunos devem aprender a resolver problemas, a trabalhar em equipe com base em propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Tudo isso, sempre, respeitando a diversidade”, finaliza.

A ausência de uma referência mais frequente na nova versão da base curricular à questão de gênero, no entanto, já havia sido informada pela secretária-executiva da pasta, Maria Helena Guimarães, como uma “opção”

da pasta, que não quer ser “nem a favor nem contra”.

“Não trabalhamos com questão de gênero. Trabalhamos com respeito à pluralidade, inclusive do ponto de vista de gênero, raça, tudo. Inclusive fomos até procurados por quem defendia ideologia de gênero e outros contra. Mas não queremos nem ser a favor nem contra. Somos a favor da pluralidade, da abertura, da transparência e da lei”, disse na terça-feira. Na época, porém, o texto ainda continha as citações agora retiradas.

*NATÁLIA CANCIAN  
DE BRASÍLIA*

---

## **Governo federal faz pacto para combater ‘cultura da violência’ no ensino superior**

Com o objetivo de mobilizar instituições de ensino superior, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram um pacto a fim de estimular boas práticas pela afirmação de direitos humanos nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, gestão e convivência universitária e comunitária.

O Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos foi assinado nesta quinta-feira (24). “O combate à cultura da violência tem como resposta à cultura da paz. A cultura de violação de direitos humanos tem como resposta a cultura de promoção de direitos humanos”, afirmou a secretária de Direito Humanos, Flavia Piovesan, durante a cerimônia de lançamento.

**[\(Brasil Post, 24/11/2016 - acesse no site de origem\)](#)**

De acordo com a secretária, esse é um primeiro passo para uma proposta mais ampla, com inclusão da educação básica e do Poder Judiciário.

O objetivo da iniciativa é incluir os direitos humanos nos conteúdos das disciplinas e em atividades de cursos de licenciatura e na formação de profissionais de educação, apoiar trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o tema e criar cursos de pós-graduação com foco nessa área, além da formação de grupos de trabalho voltados para direitos humanos.

Para o ministro da Educação, Mendonça Filho, a iniciativa é uma resposta à discriminação. “A gente tem a missão com representantes do governo federal de propagar, levar adiante política públicas que reafirmem um estado plural, amplo, democrático, que respeita as pessoas e a diversidade”, afirmou no lançamento do programa.

O titular da Justiça, Alexandre de Moraes, pasta à que a SEDH está subordinada disse que era “inadmissível que se aprenda tabela periódica e trigonometria e não se saiba os direitos básicos da Constituição”. Ele destacou que a presença escassa de conteúdos de direitos humanos nas escolas se deve a uma herança da ditadura militar. “Qualquer forma de não aceitação da diversidade é crime e deve ser combatido”, afirmou.

Os integrantes da Esplanada não comentaram iniciativas que vão de encontro com o pacto, como a exclusão do termo gênero dos planos de educação nos estados e municípios e propostas em discussão no Congresso, como a Escola sem Partido.

## **Comissões**

O pacto é composto de uma Comissão Nacional para monitorar a implementação da iniciativa. O grupo será composto por representantes do SEDH, MEC, Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Haverá ainda um Comitê Gestor do Pacto Universitário, que deve ser criado em cada uma das instituições de ensino que aderirem à iniciativa.



As entidades podem assinar um termo de adesão pela internet. Depois, terão 30 dias para instituir comitê interno com professores, estudantes e funcionários. Em seguida, serão dados 90 dias para apresentar um plano de trabalho.

*Marcella Fernandes*